

# Associativismo e cooperativismo como arranjos socioprodutivos de base comunitária – incubadora social

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

DARIO LUIZ DIAS PAIXÃO

## Introdução

O associativismo, bem como sua derivação, o cooperativismo, mais do que tipologias organizacionais, podem ser compreendidos como modos coletivos de tomada de decisão. Mesmo porque, caso não contenham componente ideológico, ou então uma racionalidade comunitária inspiradora, os grupos produtivos ficam fragilizados diante da lógica do mercado, isto é, a perspectiva instrumental acaba sobrepondo a substantiva, em vez de complementá-la.

Não se quer dicotomizar entre economia de mercado e solidária, contudo, conhece-se suas distinções, sem, no entanto, uma negar a outra. Tem-se como pressuposto que lógicas diferentes são possíveis de convivência, no entanto se opõem às hegemonias. Adota-se, então, a ecossocioeconomia<sup>1</sup> por entender que se deve atualizar o debate quanto aos riscos do aquecimento global, avançando para as assimetrias que se apontam na economia solidária entre classes sociais (detentora ou não dos meios produtivos, como sugere o cooperativismo ideológico), mas também para as assimetrias entre modos de vidas tradicionais (bem como seus saberes) e urbanos e, ainda, entre homem e natureza.

<sup>1</sup> O termo *ecossocioeconomia* surge a partir da obra do economista ecológico Karl William Kapp (1963). O primeiro prefixo "eco" (*oikos* = casa) refere-se à ecologia e reforça o que o segundo prefixo "eco" já deveria fazê-lo. Todavia, este foi vulgarizado ao longo da história ao remeter seu significado ao que Aristóteles já denunciava como crematística.

Diante dos desafios da inovação institucional que o associativismo e o cooperativismo oferecem, há necessidade não só de planejamento e gestão, mas também de monitoramento de grupos sociais emergentes, tarefa essa atribuída às chamadas incubadoras sociais.

A tarefa talvez mais difícil de uma incubadora social, a longo prazo, é, utilizando as palavras de Paulo Freire (1982), tornar homens e mulheres conscientes do quanto são seres humanos inacabados, e que a educação, compreendida como processo dialógico-dialético que se utiliza dos conhecimentos científicos e saberes populares, isto é, mediatizados pelo mundo, pode levá-los a uma melhor compreensão da realidade. No entanto, não se tem dúvidas de que a curto e médio prazo o desafio é viabilizar economicamente grupos produtivos, seja a partir de associações e cooperativas (ou ainda de empresas sociais e autônomos) que possuem desigualdades históricas, como baixa autoestima, baixo nível de educação, mais do que falta de crédito, falta de poupança, distância de polos consumidores, ausência de tecnologias de informação e comunicação, além de outras.

Os problemas são sistêmicos, ou seja, não há soluções fáceis. Neste capítulo, ilustra-se o caso de uma Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado, município de Morretes (PR), que vem servindo de exemplo de incubação de um arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária (APLTur.Com). Este vem articulando uma rede de esforços de organizações que pensam sistemicamente (universidades e organizações do Estado e não governamentais) e atuam comunitariamente (organizações não governamentais, associações, grupos produtivos, autônomos, unidades familiares).

A Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado tem como princípio maior conservar modos de vida de comunidades tradicionais e preservar a biodiversidade na microbacia. A iniciativa surge, em 2006, a partir do Instituto Laboratório de Gestão de Organizações que Promovem o Ecodesenvolvimento (LaGOE), ONG situada em Curitiba, com parceria da Universidade Regional de Blumenau e, mais recentemente, com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), setor litoral. O texto retrata os esforços implementados até dezembro de 2010.

A Educação para o Ecodesenvolvimento repensa, filosoficamente, como diria Horkheimer (2002) e Fernandes e Sampaio (2008), as relações assimétricas entre homem e natureza, e a que reproduz entre os homens nas suas relações sociais.

A proposta de uma Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento, inspirada a partir de uma pesquisa-ação participativa, que fomenta a população local, sobretudo os socioempreendedores no caso do APLTur.Com, não aponta apenas para as demandas da comunidade, como também ajuda nas suas soluções a partir de conhecimento local, complementado pelo conhecimento científico e por tecnologias apropriadas ao território, oportunizados pela equipe de pesquisadores da incubadora.

## Fundamentação teórica

Apresentam-se, como parte da fundamentação teórica, os temas do associativismo e cooperativismo, arranjos socioprodutivos de turismo de base comunitária e incubadoras sociais.

### Associativismo e cooperativismo

O Associativismo, assim como o seu desdobramento, o cooperativismo, como sugerido na introdução, baseiam-se em uma racionalidade coletiva no processo de tomada de decisão, não sendo apenas mais uma tipologia organizacional. Aliás, se fossem apresentados como uma tipologia, poderiam ser exemplos de interorganização, ou seja, uma rede de socioempreendedores ou organizações articuladas, tal como se apresentam mais adiante os arranjos socioprodutivos de base comunitária.

A expectativa máxima de uma visão associativa/cooperativa seria que as individualidades fossem expressas a partir do coletivo, tomando precauções para que não haja distorções provocadas pela ausência de um processo dialógico complexo. Cita-se o caso de uma decisão coletiva que resultou de análises equivocadas feitas pela maioria dos participantes, sobressaindo a qualidade intrínseca de uma análise individual que não pôde exprimir-se plenamente. Isto é, a parte foi inibida pelo todo. Deduz-se, então, que o todo é simultaneamente mais e menos que a soma das partes (Morin, 2000).

O associativismo surge geralmente a partir de uma problemática sociopolítica, enquanto o cooperativismo emerge principalmente de uma questão socioeconômica. Contudo, sabe-se que são problemáticas complementares, como aponta a sociologia econômica,<sup>2</sup> o que faz com que tanto um como outro atuem em ambos os contextos, mesmo porque são oriundas do *privatismo* de interesses de grupos bem articulados sob alegação justificada a partir de decisões racionais econômicas, muitas vezes legitimadas pelo Estado inspirado pela ideologia liberal (Sampaio et al., 2006).

Se não bastassem as diferenças entre associativismo e cooperativismo, ainda há movimentos mais contemporâneos que se contrapõem aos oriundos de bases populares, nos quais a questão das diferenças de classes predomina (por exemplo, sindicatos e movimentos dos sem-terra). O chamado novo associativismo (por exemplo, o chamado terceiro setor) vem recebendo críticas do movimento de base popular por ser pouco ou nada politizado, inclusive avesso às ideologias, e ainda relacionado com as políticas neoliberais (Kerstenetzky, 2006). Entretanto, o que se pode apontar como consenso entre ambos os setores, é que o novo associativismo caracteri-

2 Sociologia econômica pode ser definida como a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos (Swedberg, 2004).

za-se mais pelo pragmatismo que pela ideologia de enfrentamento do *status quo* (estratégia esta adotada pelo chamado velho associativismo e cooperativismo), o que, aliás, se justifica no fato de que há grupos tão excluídos que não podem esperar por dissensos entre políticas de esquerda e de direita (Sampaio et al., 2006).

O cooperativismo, segundo seu sentido doutrinário, sugere correção às aberrações da lógica econômica individualista, tal como sugere o dito: privatizam-se os lucros de curto prazo e socializam-se os custos sociais (e se diria ambientais também) de médio e longo prazo, quando trabalhadores não possuem os meios de produção (maquinas e capital) adequados que possibilitam produtividade e competitividade sistêmica na economia de mercado. A autogestão, traduzida na prática da solidariedade desses modos de produção, merece destaque no que se entende por cooperativismo, segundo a perspectiva da economia solidária, sobretudo defendida pelo seu principal idealizador, Paul Singer. A economia de comunhão,<sup>3</sup> por sua vez, tem como característica a solidariedade nos modos de distribuição, ou seja, na distribuição dos lucros (Sampaio et al., 2006; Fernandes, 2007).

Um caso *sui generis* que aproxima o cooperativismo mais doutrinário do pragmático é a experiência paradigmática de Mondragón,<sup>4</sup> que se baseia na premissa freiriana, apontada na introdução, oriunda de seu fundador, Jose María Arizmendiarieta, de que o homem e a mulher como seres humanos se reconhecem como tal a partir da educação que fazem pensar por si mesmos. Tão pouco se creia nas circunstâncias e no destino, senão no caráter intrínseco de um povo capaz de dar respostas aos seus próprios problemas (Sampaio et al., 2010).

No entanto, para Arizmendiarieta, a mera acumulação de títulos acadêmicos não era garantia para uma boa formação cooperativa. O importante era que os estudantes soubessem realizar coisas; que sua aprendizagem fosse real e prática, sem esquecerem dos valores humanos, sem os quais a educação seria totalmente insuficiente. Esta foi uma das grandes inovações dessa experiência de combinar o estudo teórico com a prática nas empresas cooperativistas dos territórios mondragones (Azurmendi, 1992).

Por sua vez, o arranjo socioprodutivo de base comunitária tem como desafio criar e manter gestão participativa corporativa sob um signo de identidade que gere sentimento de pertencimento e facilite a intercooperação, expandindo a identidade cooperativa no plano político-institucional (na governança cooperativa) e na gestão organizacional (gerência operativa). Assim, é imprescindível que tal estilo se inicie desde os órgãos de governança até a gerência, considerando que a partici-

3 Projeto de economia do Movimento dos Focolares da Igreja Católica.

4 A experiência de Mondragón, situado no país basco, governo da Espanha, representa a maior corporação cooperativa multissetorial mundial, atuando nas áreas industrial, financeira, distribuidora e conhecimento, com quase 93 mil colaboradores entre cooperados e empregados.

pação qualifica melhor a tomada de decisão, sem correr riscos do assembleísmo<sup>5</sup>, mediando a tensão entre associados (Sampaio et al., 2010).

Participação esta que se sugere compromissada, isto é, que dinamiza oficinas (além da governança e gerência citada anteriormente), como na inovação e desenvolvimento de novos bens e serviços (*ecodesigners*), e dê novos significativos, ampliando o sentido de racionalidade econômica, e que motive o trabalho diário. Uma racionalidade econômica que motiva laboralmente empreendedores ou organizações associadas a partir de tais componentes: desenvolvimento pessoal, isto é, equilíbrio entre trabalho produtivo – em função de responsabilidade que leva ao reconhecimento profissional, inclusive ao *status* social, afastado de valores consumistas – e reprodutivo – doméstico e comunitário; pertinência a um grupo, a uma comunidade, a um projeto compartilhado; e, sobretudo, a ideologia ou compromisso social, fomentado na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado (Sampaio et al., 2010).

## Arranjos socioprodutivos de turismo de base comunitária (APLTur.Com)

Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária (APLTur.Com) oportuniza modos de produção artesanais típicos de populações tradicionais. O APLTur.Com origina-se das denominações arranjo produtivo local (APL) e arranjo institucional (AI). APL é sinônimo do termo anglo-saxão *cluster*, tema tratado nas áreas da economia industrial e da geografia econômica, enfatizando a perspectiva socioprodutiva. AI é explorado nas ciências políticas e no planejamento do desenvolvimento regional, realçando a perspectiva sociopolítica.

APLTur.Com são iniciativas compartilhadas, articuladas, nas quais se supera a competitividade utilitarista (um ganha e outro perde) e privilegiam-se ações no âmbito de rede horizontal de cooperação, que revela complexidade da economia real, incluindo organizações de autoprodução e comunitárias (associações e cooperativas). Geralmente, estas se baseiam em modos de produções artesanais, relegadas e reduzidas aos ditames da economia informal (Sampaio, 2005; Sampaio e Coriolano, 2009b).

O APLTur.Com inicia-se a partir da delimitação dos espaços territorial e microrregional que compõem a rede socioprodutiva e política constituída, e na identificação das organizações e de suas respectivas relações que compõem tal arranjo. Os atores sociais convidados a participar das oficinas metodológicas devem representar o *trade* que engloba o arranjo socioprodutivo, de maneira que não só atores sociopo-

<sup>5</sup> Assembleísmo refere-se ao mesmo conceito, em castelhano, de *sobredemocracia*: as pessoas falam muito e decidem pouco por não seguirem uma metodologia que facilite a tomada de decisão (Sampaio et al., 2010).

líticos sejam representados. Para identificar os atores sociopolíticos e socioeconômicos, é necessário considerar que o arranjo de turismo de base comunitária é composto por uma microrrede interorganizacional principal que desencadeia outras microrredes (Sampaio et al., 2004; Dias, 2004).

A microrrede principal não é a mais importante do arranjo, mas é aquela que tem como função articular as demais. Na constituição dessa rede maternal, há encadeamentos produtivos verticais, isto é, relação entre fornecedor-produtor, produtor-distribuidor e consumidor-produtor. A microrrede possui também encadeamentos socioprodutivos e políticos horizontais. A relação horizontal predominante é entre produtores (serviços e bens) terceirizados, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e o apoio político a fim de estabelecer o arranjo institucional em nível comunitário, da microbacia, municipal, das unidades de conservação, microrregional, da bacia hidrográfica, mesorregional, estadual e nacional (Sampaio et al., 2004; Dias, 2004).

Para se constituir uma microrrede interorganizacional são utilizados encadeamentos produtivos da economia comunitária. Os encadeamentos produtivos são as relações interorganizacionais pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos insumos, produtos intermediários e acabados, processos de produção, distribuição e pós-venda. No processo de discussão da microrrede interorganizacional, dialoga-se quanto à coordenação e organização da produção, definindo o que, como e quanto produzir, como se acessa o mercado e com quem comercializar (Sampaio et al., 2011).

### Incubadoras sociais: zona de educação para o codesenvolvimento

As atividades de incubação de demandas ecossocioeconômicas pelo Instituto LaGOE, pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e mais recentemente pela Universidade Federal do Paraná-Litoral (UFPR-Litoral) surgem no contexto de universidades regionais ou que estejam instaladas em regiões com desigualdades históricas, que, como é habitual no contexto brasileiro, acolhem alunos e alunas academicamente vulneráveis, o que é expressão direta da profunda desigualdade que se verifica no sistema educacional brasileiro. O processo de ensino-aprendizagem convencional produz efeitos nocivos na sala de aula e nos campus universitários. A apatia dos estudantes, a mediocridade implantada como norma, a ausência de uma reflexão crítica, a exacerbação monodisciplinar na transmissão do conhecimento e os modelos autoritários de ensino, associados à absoluta desvinculação com o meio regional, são parte da *sintomatologia* de uma situação universitária que exige melhoras substanciais (Sampaio et al., 2009a).

A proposta das atividades de Incubação de Demandas Ecosocioeconômicas<sup>6</sup> relaciona-se com a necessidade de encontrar as respostas pedagógicas pertinentes à realidade local, que contribuam eficazmente para diminuir a desigualdade introduzida no sistema da educação superior brasileira: qualquer estudante que ascenda a uma universidade brasileira merece a qualidade docente que o posicione em pé de igualdade profissional e acadêmica com seus pares. Enquanto isso não ocorre, a equidade segue sendo uma utopia (Sampaio et al., 2009a).

As metodologias de ensino-aprendizagem na maior parte das universidades brasileiras encontram grande dificuldade de conciliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando muitas vezes de maneira superficial e incompleta. Sabe-se que, em muitos casos, existe interesse das universidades de interagir e apoiar comunidades com desvantagens históricas, mas tal tarefa é complexa e exige uma abordagem sistêmica que consiga compreender a interdisciplinaridade rumo à transdisciplinaridade dos problemas socioambientais. Consequentemente, o processo de ensino-aprendizagem deve relevar a conectividade entre conhecimento científico e saber popular, viabilizando práticas que atendam às demandas ecosocioeconômicas reais das comunidades, diagnosticadas por elas próprias. É preciso estimular soluções que fomentem a conservação de modos de vida tradicionais, sugerindo alternativas ao modelo homogeneizado urbano-consumista (Sampaio e Brasil, 2008).

Esta é a perspectiva das atividades de Incubação de Demandas Ecosocioeconômicas que vêm se realizando para atender à Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento, no âmbito das comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, situadas na parte sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, Município de Morretes, Paraná, Bacia Hidrográfica Litorânea, Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba, Reserva da Biosfera (ReBIO) de Floresta Atlântica.

O enfoque de uma Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento se implementa a partir de uma pesquisa-ação participativa, que pode ser definida como um processo de questionamento sistêmico, no qual aqueles que estão experimentando uma situação problemática participam, em colaboração com pesquisadores, na execução da pesquisa e nos rumos das decisões a serem tomadas (Deshler e Ewert, 1995 apud Vieira et al., 2005, p. 80). As demandas comunitárias surgem não necessariamente a partir dos pesquisadores que incubam socialmente a experiência, mas, como aponta Seixas (apud Vieira et al., 2005), a equipe de pesquisa serve apenas como um facilitador na implementação da pesquisa.

6 A ecosocioeconomia privilegia as experimentações e as complexidades do cotidiano, que possibilitam pensar o desenvolvimento sustentável, superando as contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja (ou na velocidade que se deseja) quando se pensa nas limitações do utilitarismo economicista (sob a lógica da metáfora, privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e longo prazo). A ecosocioeconomia se dá no mundo da vida, nos domicílios, nas organizações de médio e longo prazo, no território, onde os problemas e suas soluções acontecem, mesmo que raramente sejam devidamente qualificados (Sampaio, 2010).

A Zona de Educação privilegia ainda a gestão ecossistêmica que combina princípios da saúde do ecossistema, perspectiva biorregional, gestão transescalar, pesquisa transdisciplinar, gestão adaptativa e processos com múltiplos atores sociais envolvidos. O princípio da saúde do ecossistema consiste na descrição de estados desejados ou ideais do meio ambiente; a perspectiva biorregional considera tanto características naturais da área quanto o senso do lugar e os padrões de uso da terra das populações locais na definição das unidades de gestão; a gestão transescalar reconhece que os ecossistemas funcionam em diferentes escalas temporárias e geográficas; a pesquisa transdisciplinar coordena todos os campos de saberes disciplinares e interdisciplinares; a gestão adaptativa reconhece a imprevisibilidade das interações entre as pessoas e os ecossistemas, na sua dinâmica coevolutiva, interativa, envolvendo retroalimentações entre os níveis da pesquisa e da gestão; e os processos com múltiplos atores sociais envolvidos promovem tomadas de decisões consensuais, fomentando, além disso, a aprendizagem social e encorajando os diferentes parceiros a melhor apreciar os valores e as necessidades alheias e a trabalhar juntos pela concretização de um objetivo comum (Gadgil, 2000; Johnson et al., 2003).

### Exemplo prático: incubação de demandas ecossocioeconômicas do APLTur.Com da microbacia do Rio Sagrado

Desde 2006, o Instituto LaGOE, que promove o Ecodesenvolvimento, a Furb e, mais recentemente, a UFPR-Litoral vêm conduzindo um conjunto de ações dentro do contexto de uma pesquisa-ação participativa, cujo desafio principal é conservar modos de vida tradicionais e preservar a biodiversidade da parte Sudoeste da dita microbacia, a qual compreende as comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhem-bora, Brejumirim e Candonga, localizadas na Reserva da biosfera de floresta atlântica. E, empiricamente, como um projeto de incubadora social, possui quatro objetivos:

- Construir um diagnóstico participativo local ecossocioeconômico da microbacia, conjugando conhecimento científico e sabedoria local e tradicional na identificação de problemas, bem como de suas soluções.
- Fomentar um conjunto de iniciativas que podem ser compreendidas como um processo de ensino e aprendizagem emancipatório de homens e mulheres, que complementa a educação formal, para promover um desenvolvimento territorial sustentável.
- Reconstruir uma memória social e cultural sobre antigas e novas formas de intercâmbio e de tecnologias sociais apropriadas, que permitam viabilizar modos de vida ecologicamente sustentáveis, gerando e potencializando espaços territoriais que possibilitem relações éticas por possuírem critérios de satisfação de necessidades humanas fundamentais e inclusivas.

- Fomentar a criação de um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária (APLTur.Com), com responsabilidade socioambiental, a partir da extração, produção, distribuição e comercialização de bens (artesanato, ervas naturais, adubo e racujá -, bem como da agroindustrialização - compotas, salgados, sorvetes e sucos) e da oferta de serviços de turismo comunitário, sustentável e solidário (Zechner Lenz et al., 2009).

Ressaltam-se aqui as experimentações que vêm consolidando o APLTur.Com, criado em 2006, e que vem sendo implementado a partir de um encadeamento produtivo em torno de uma rede que congrega uma hospedaria e um espaço de conveniência; socioempreendedores que oferecem vivências de seus modos de vida/produção - engenho da mandioca e de café, artesanato da fibra da bananeira e do cipó imbé etc.; Associação Comunitária Candonga - cozinha comunitária que agroindustrializa (agrega valor) produtos *in natura* e comercializam-nos; e Associação de Artesãos do Rio Sagrado - artesãos que fabricam produtos em metal ornamentados com a fibra da bananeira.

Nesses anos de constituição do APLTur, passaram por ele aproximadamente 400 visitantes, envolvendo cerca de 30 famílias. Além disso, ele vem sendo apoiado por um arranjo institucional constituído por ONGs - Aliança Empreendedora, Grupo Truekers Chile,<sup>7</sup> Comitê da APA de Guaratuba e o próprio Instituto LaGOE; por empresas - Operadora Calango (Agenciamento de Viagens - Receptivo) e a Serra Verde Express (Operadora de Turismo e Transporte Ferroviário); por Universidades - Furb e UFPR-Litoral; organizações governamentais - Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Educação de Morretes, Empresa de Extensão Rural do Paraná (Emater), Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e a Associação de Moradores do Rio Sagrado, além de contar com financiamento a fundos perdidos atualmente do MTur, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos Ministérios da Cultura (MinC, e da Ciência e Tecnologia (MCT).

A Proposta de Incubação de Demandas Ecosocioeconômicas difere-se de suas iniciativas inspiradoras, a Proposta do *Honors Program* das principais universidades norte-americanas e do Programa de Honra da Universidade Austral do Chile (Uach), por sua ênfase de intervenção comunitária. Além disso, seleciona estudantes não necessariamente com melhor desempenho acadêmico, mas sim estudantes com perfil heterogêneo, com graus diversos de motivação social, como se dá numa sala de aula normalmente.

A sustentabilidade da proposta passa não só pelo Ministério da Educação em sua exigência pela associação entre ensino-pesquisa-extensão nas universidades, mas também por oportunizar a jovens universitários descontentes com a formação formal, muitas vezes distantes do mundo da vida, de colocar em prática seus conhecimentos, bem como aprender com os conhecimentos locais, por meio de um tema transdisciplinar como é a ecossocioeconomia. Além de se mostrar replicável, como houve incubações de demandas ecossocioeconômicas das comunidades do entorno da Lagoa de Ibiraquera (Imbituba e Garopaba, SC) e também de organizações catarinenses que atuam nos setores de assistência social (Apaes, Blumenau) e artesanato (Cooperativas Arte Rio, Rio dos Cedros, e Muza, Luís Alves). Inclusive algumas mercantis, hospitalar (Hospital Santa Catarina, Blumenau) e hoteleiro (Águas de Palmas, Governador Celso Ramos), com objetivo de se ajustarem aos preceitos da responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

A incubação se operacionaliza a partir dos estudantes de disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação, que oferecem atividades de soluções de demandas ecossocioeconômicas. Eles são divididos em grupos, que têm como finalidade sistematizar projetos demonstrativos brasileiros ou internacionais considerados exitosos, podendo estes ser compreendidos como exemplos de respostas a demandas ecossocioeconômicas de organizações ou comunidades, como as que já foram implementadas na Microbacia do Rio Sagrado e acabaram se transformando em vivências requisitadas pelos visitantes do APLTur.Com: tecnologias apropriadas (confecção de painéis solares a partir de garrafas PET e embalagens Tetra-Pak), biblioteca comunitária (com laboratório de computadores), feira de trocas solidárias e programas de educação ambiental monitorados por jovens.

A cada semestre acadêmico, novas turmas das disciplinas ofertadas dão prosseguimento à incubação de comunidades, ora melhorando as propostas anteriormente sugeridas, ora complementando-as. Com isso, as comunidades sentem-se amparadas e seguras, deixando de existir o sentimento de abandono, ocasionado quando estudantes universitários concluem seus trabalhos de graduação, dissertação e tese e não deixam os aprendizados.

A proposta é inovadora à medida que coloca em prática a interação entre ensino-pesquisa-extensão, um dos desafios, senão o maior, entre as universidades, oportunizando as comunidades desassistidas não só nas soluções de problemas essenciais para sua sobrevivência, mas também assegurando seus modos de vida e de produção. Essa proposta, portanto, baseia-se em uma educação emancipadora, tanto para jovens universitários, muitas vezes apáticos, como para membros comunitários, na maioria dos casos desassistidos inclusive pelo próprio governo de sua instância municipal.

A universidade, além de possibilitar a capacidade humana de seus estudantes - graduação e pós-graduação -, subsidia um traslado semestral para os estudantes. Por sua vez, as comunidades se organizam para receber os estudantes em um final de semana, de maneira que eles tomem contato com as demandas ecossocioeconômicas existentes. Os estudantes subsidiam os custos dessa organização, incluindo refeições, hospedagem e oficinas de experimentação. A universidade também disponibiliza um espaço em suas dependências, no fim de cada semestre letivo, para a organização do Encontro Caminhos do Desenvolvimento do Turismo Comunitário, no qual os membros comunitários vêm à universidade para assistir e avaliar os trabalhos produzidos pelos estudantes. Organiza-se também uma feira de produtos artesanais, na qual possam ser comercializados produtos comunitários de maneira a subsidiar as despesas de viagem.

### Considerações finais

A partir de capacidades e motivações de buscar transcender as condições habituais de sua formação universitária, estudantes de graduação e pós-graduação protagonizam a incubagem ecossocioeconômica de organizações sociopolíticas (comunidades) e produtivas comunitárias (organizações), de maneira que buscam aprendizados em experiências exitosas que interconectam dimensões social, política, ambiental, econômica e cultural, e que podem ser adaptados e replicados em comunidades. Esses aprendizados devem ser apropriados ao território, isto é, não impactar os modos de vida tradicionais e, ainda, dinamizar a ecossocioeconomia a partir de arranjos socioprodutivos e sociopolíticos de base comunitária.

No caso de comunidades com potenciais turísticos, como é o caso da Microbaía do Rio Sagrado e de tantas outras, surge uma modalidade denominada turismo de base comunitária. Essa modalidade privilegia o protagonismo local tanto no empreendedorismo quanto nas práticas de lazer (muitas vezes produção não remunerada - modos de vida como atividades reprodutivas, como domésticas, e atividades associativistas, como as comunitárias). O principal atrativo turístico consiste na convivência solidária, ou seja, na primazia da convivencialidade entre visitante e visitado, como se dá nos encontros de trocas solidárias, distante de uma relação baseada no interesse calculado na ocasião do encontro entre prestador de serviço e consumidor, característica do *trade* turístico.

O turismo comunitário está baseado num modo associado de organização da vida que prescindem da solidariedade nas relações entre as pessoas num dado território, portanto, não se limita a ser meramente mais uma atividade econômica. Não que a geração de trabalho e renda não seja bem-vinda, no entanto, ela tem que ser consequência de uma lógica substantiva que conserve modos de produção tradicio-

nais, cerne dos arranjos socioprodutivos de turismo de base comunitária. Espetacularizar o cotidiano da vida territorial, sem uma política pública comunitária afirmativa de conservação de modos de vida e de conhecimento, o que vem fazendo o projeto de incubagem de demandas ecossocioeconômicas na zona de educação para o ecodesenvolvimento, pode significar a mercantilização do espaço comunitário, isto é, a sociedade e a economia comunitária curvando-se às tentações da sociedade e da economia de mercado.

Que diga desde já que não se demoniza a perspectiva do mercado, como corrente instrumentalizadora da vida, no entanto, não é a lógica que predomina nos modos de vida tradicionais. As economias, como relações sociais de produção, são necessárias desde os primórdios do que se entende por civilização, todavia não é componente hegemônico da vida. Existem outras relações sociais que são mediadas por diversas lógicas: reprodutiva, familiar, vizinhança, comunitária e regional. A patologia societária existente está na sobreposição da lógica produtiva sobre as demais, como que somente fosse merecedora uma vida quando se é bem remunerada, prevalecendo ainda o dito: privatizar os ganhos individuais de curto prazo e socializar os prejuízos socioambientais de médio e longo prazo.

Os riscos que o associativismo e o cooperativismo enfrentam são quando essas formas de relações sociais são compreendidas apenas como relações produtivas, e não mais como modos de vida tradicionais. Do mesmo modo o voluntarismo, quando somente visto como relação de produção não remunerada, e não como relação social desprovida de instrumentalização.

Portanto, os desafios são grandes, e as chances desse projeto de incubação tornar-se uma política pública consistente e sistêmica estão na sinergia de articulações e esforços a serem estabelecidos. As associações comunitárias se fortalecem. ONGs se aproximam pela praticidade e raridade de uma proposta socioambiental associada a uma universidade. O Estado na sua instância municipal contribui atendendo pequenas solicitações dessas associações e, assim, aproxima-se de localidades anteriormente desassistidas. Fontes de financiamento empregam melhor seus recursos em projetos em andamento. As universidades e as ONGs possibilitam um laboratório vivo para seus estudantes. Quando assumirem postos de liderança na sociedade, esses jovens serão mais sensíveis a problemas socioambientais, além de produzirem trabalhos acadêmicos sobre a experiência, que acabam divulgando-a e estabelecendo outras redes. É um ciclo vicioso benéfico.

## Referências

AZURMENDI O.J. *El hombre cooperativo: pensamiento de Arizmendiarieta*. Astaza: MCC, 1992.

- DIAS, A. *Fomento de um arranjo produtivo turístico local ecodesenvolvimentista (APTLE): fórum da agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera*. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Graduação em Turismo e Lazer). Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2004.
- FERNANDES, V. *A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade da economia de comunhão (EdC)*. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental). Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Blumenau.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C.A.C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade-meio ambiente. *Revista Eletrônica de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 18, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GADGIL, M. Participatory local level assessment of life support systems: a methodology manual. Centre for Ecological Sciences. Indian Institute of Science. *Technical Report*, n. 78, abr. 2000.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- JOHNSON, M.C. et al. Towards an integrated approach to the conservation and sustainable use of biodiversity. *Human Ecology Review*, v. 10, n. 1, 2003.
- KAPP, K. W. *The social costs of business enterprise*. Nottingham: Spokesman Books, 1963.
- KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 131-42, 2002.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- SAMPAIO, C.A.C. *Gestão que privilegia outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: Edifurb, 2010.
- . *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- SAMPAIO, C.A.C.; LESAMA, M.F.; ARAÚJO, J.R. Arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável: possibilidades para o desenvolvimento do litoral paranaense. In: PHILIPPI JR, A.; FERNANDES, V.; SAMPAIO, C.A.C. *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Barueri: Manole, 2012 (no prelo).
- SAMPAIO, C. A. C. et al. *Pensando la experiencia de cooperativismo de Mondragón bajo la mirada de la ecosocioeconomía de las organizaciones*. Mondragón Bilduma: Economía Social y Cooperativismo, 2010.
- SAMPAIO, C.A.C.; SKEWES, J.C.; CONWAY, F. Inovação curricular e tecnologia de ensino e aprendizagem para inclusão social: a experiência do programa de honra em estudos ambientais e desenvolvimento humano e sustentável da universidade austral do Chile. *Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 19, p. 129-43, 2009a.
- SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO, L.N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)*, v. 3, p. 4-24, 2009b.
- SAMPAIO, C.A.C.; BRASIL, F.S. Ecosocioeconomia das organizações. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE E CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO ETHOS-VALOR. Trabalho finalista categoria Professores, subcategoria Plano de Ensino. São Paulo, 2008. *Anais...*, São Paulo: Instituto Ethos, Jornal Valor Econômico, 2008.
- SAMPAIO, C.A. C.; SOUZA, V.S.F.; MAINARDES, E.W.; DESCHAMPS, M. Estratégias associativistas para o terceiro setor In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTRATÉGIA (Slade). Balneário Camboriú, 2006. *Anais...* Balneário Camboriú: Univali, 2006.

- SAMPAIO, C.A.C.; MUNDIM, R.S.A.; DIAS, A. Arranjo produtivo local voltado para a promoção do turismo ecológico comunitário na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba, SC) In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL (ENTBL). Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 2004.
- SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.
- ZECHNER LENZ, T. C.; GOMES, C. M.; ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C. A. C. Encontros comunitários de trocas, resgate de antigas formas de escambos, para enfrentar os novos desafios ecossocioeconômicos. In: 4º SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE, 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Unifae, 2009.
- VIEIRA, P.H.F. et al. (orgs.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais*. Florianópolis: Secco/Aped, 2005.